



ecorodovias GRUPO

Vida e desenvolvimento em equilíbrio

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e Controladas

CNPJ 04.149.454/0001-80
NIRE 35.300.181.948



Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras 2011

Mensagem da Administração

O ano de 2011 foi marcado por importantes conquistas para a EcoRodovias, tanto no aspecto estratégico de posicionamento de mercado, sendo um dos mais eficientes grupos de infraestrutura logística do país, quanto na sua contínua busca pela ampliação de suas atividades empresariais. Com esse foco, o grupo concluiu a integração da Elog Sudeste e da Elog Sul (anteriormente denominadas Columbia e EADI Sul), empresas adquiridas em 2010, passando a ser controladas pela Elog, braço de logística da companhia. Como resultado dessa integração, além da área de logística passar a responder por quase 15% do faturamento do grupo, a empresa ganhou eficiência. A Margem de EBITDA de logística passou de 5,0%, em 2010, para 18,5%, registrado em 2011, enquanto a Margem EBITDA do setor de concessões rodoviárias foi de 74,9% em 2011, crescimento de 1,4 ponto percentual em relação a 2010.

Os resultados positivos na logística podem ser medidos pela conquista de mercado, crescimento de margens, prestação de novos serviços, maior expertise em logística integrada e investimentos em expansão. Em novembro de 2011, a Elog celebrou Contrato de Compra e Venda de Cotas das empresas Maringá Armazéns Gerais Ltda. e Maringá Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda. Com o negócio, a companhia passará a contar, também, com recintos alfandegados com predominância de cargas aéreas, expandindo sua atuação em serviços logísticos integrados para a região norte do Estado do Paraná.

Nas concessões de rodovias, foram registrados 200,3 milhões de veículos equivalentes pagantes em 2011, o que correspondeu a um crescimento de 11,3% do tráfego consolidado do grupo em relação a 2010. Desta forma, a receita bruta da companhia passou de R\$ 1,5 bilhão para R\$ 1,9 bilhão, 29,9% superior ao resultado de 2010. A receita líquida, no

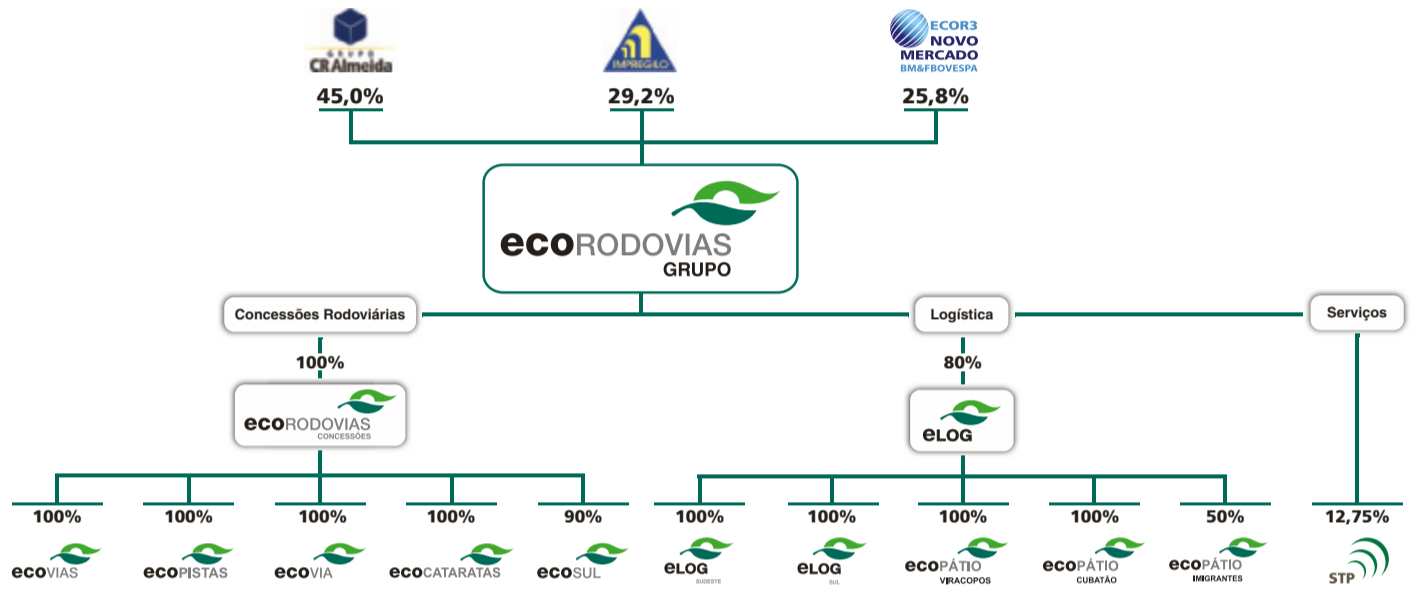
padrão contábil IFRS, foi 28,0% maior. O lucro líquido, desconsiderando os eventos não recorrentes em 2010, foi 30,9% superior ao ano anterior, atingindo R\$ 387,6 milhões.

Sobre os novos negócios, a companhia continua acompanhando o desenvolvimento de novas licitações de concessões rodoviárias, sempre dentro da estratégia do grupo de atuar nos principais corredores de importação e exportação. Prova disso, foi que em janeiro de 2012, conquistou a concessão da BR-101 no estado do Espírito Santo, ligando o norte do Rio de Janeiro ao sul da Bahia. A assinatura do contrato deverá acontecer em julho deste ano. A nova concessão, com 475,9 quilômetros de extensão, tem um perfil estratégico, de integração regional, ligando o Sudeste ao Nordeste do país, tendo, ainda, próximos ao seu raio de influência três importantes portos - Vitória, Ilhéus e Açu. Com a conquista da BR-101, a empresa passa a administrar mais de 1.900 quilômetros de rodovias.

O grupo EcoRodovias também continua atento às oportunidades em portos e aeroportos, sempre com foco na rentabilidade de seus negócios, preservando, principalmente, a disciplina de capital e uma estrutura econômico-financeira que possibilite o crescimento sustentável da companhia. Demais reafirmar esse objetivo o fato de as ações da EcoRodovias passarem a integrar a carteira de 2012 do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA, o ISE. Para a EcoRodovias, esse é o reconhecimento do mercado de que somos um grupo que busca os resultados de maneira sustentável, o que permeia o relacionamento com todos os seus stakeholders.

Para finalizar, não poderíamos deixar de agradecer aos nossos colaboradores pela dedicação e comprometimento na superação das metas empresariais, aos nossos acionistas, sempre confiantes na gestão da companhia, aos conselheiros, que nos conduziram e nos apoiaram na realização de importantes conquistas, e ao apoio de nossos clientes, usuários, órgãos reguladores e demais instituições.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA



ADOÇÃO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS - International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

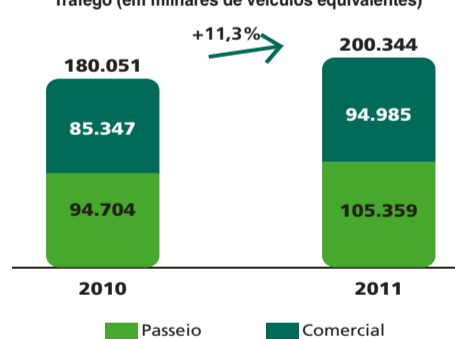
DESEMPENHO OPERACIONAL

Concessões Rodoviárias

Evolução do Tráfego: O tráfego consolidado de veículos equivalentes pagantes, nas concessionárias, apresentou um crescimento de 11,3% em 2011, quando comparado a 2010. Considerando o ajuste da bidirecionalidade nos veículos de passeio na Ecopistas, de 01 de janeiro a 17 de fevereiro de 2010, o crescimento consolidado em 2011 foi de 9,2%. Os principais motivos para esta variação estão apresentados abaixo:

Veículos comerciais - apresentaram crescimento de 11,3% em 2011, quando comparados ao ano anterior. Em São Paulo, a movimentação de cargas no Porto de Santos foi afetada pelas exportações que registraram decréscimo de 2,0% (em toneladas) em 2011, quando comparadas a 2010. Essa variação foi impactada, principalmente, pelas exportações de açúcar que apresentaram retração de 12,8% (em toneladas) em 2011, conforme dados disponibilizados pelo Porto de Santos. Na Ecopistas, o forte crescimento de tráfego é reflexo da movimentação de cargas no eixo rodoviário entre a região do Vale do Paraíba e a cidade de São Paulo. No Paraná, o crescimento do tráfego comercial foi impulsionado pelo escoamento no Porto de Paranaguá das safras de soja regional e vinda do Paraguai. No Rio Grande do Sul, o Porto de Rio Grande atingiu 30,5 milhões de toneladas em 2011, 10,1% superior a 2010 devido, principalmente, ao crescimento do volume de embarque de soja, arroz e seus respectivos derivados, conforme dados divulgados pelo Porto. **Veículos de passeio** - atingiram crescimento de 11,3% em 2011, quando comparados aos mesmos períodos do ano anterior. O crescimento foi suportado, principalmente, pelo forte fluxo de veículos de passeio nas regiões de turismo dos Estados aonde estão localizadas as concessionárias de rodovias. A indústria automobilística registrou 3.425 mil novos veículos leves licenciados em 2011 (3,6% superior a 2010).

Tráfego (em milhares de veículos equivalentes)



Logística

O desempenho do setor de logística da EcoRodovias está dividido nos seguintes segmentos: **Zona Primária:** composto pelas unidades Ecopátio Cubatão e CLIA Santos. No Ecopátio Cubatão, são oferecidos, atualmente, os serviços de REDEX - recinto especial para despacho aduaneiro de exportação, DEPOT - serviço de manutenção e armazenagem de contêineres vazios e pátio regulador de caminhões. No CLIA Santos, é oferecido o serviço de recinto alfandegado.

Em 2011, foram movimentados 89.172 contêineres na Zona Primária, 43,8% superior a 2010. O aumento se deve ao crescimento da movimentação de REDEX no Ecopátio Cubatão e à consolidação da Unidade CLIA Santos.

Portos Secos de Interior: composto pelas unidades de Campinas, Barueri, São Paulo e Curitiba, que oferecem os serviços de armazenagem e recinto alfandegado.

Em 2011, foram movimentados US\$ 5.329,5 milhões (Valor FOB) nos Portos Secos de Interior da EcoRodovias, correspondente a 6,0% do valor total de importação movimentado nos Estados de São Paulo e Paraná.

Portos Secos de Fronteira: composto pelas unidades de Foz do Iguaçu, Uruguaiana, Jaguarão e Santana do Livramento que oferecem os serviços de recinto alfandegado nas fronteiras com Uruguai, Argentina e Paraguai.

Em 2011, foram movimentados US\$ 16.206,0 milhões (Valor FOB) nos Portos Secos de Fronteira da EcoRodovias, correspondente a 28,3% do valor total do intercâmbio comercial entre Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai e Chile.

Transporte: corresponde à prestação de serviços de transporte rodoviário para os clientes, por meio de frota própria, prestadores de serviços autônomos e frota terceirizada. A receita advinda das operações de transporte representou 15% da receita do segmento de logística em 2011.

Centros de Distribuição: composto pelos Centros de Distribuição de Alphaville, Cajamar, Curitiba e Ecopátio Imigrantes, que oferecem os serviços de gestão de estoque para clientes. Em 2011, a taxa de ocupação atingiu 98% do total de 106 mil m² disponíveis. Esta taxa é superior ao percentual considerado ideal, de 85%, que permitiria uma melhora da operação e produtividade na movimentação e armazenagem dos produtos.

STP - Sem Parar / Via Fácil

O total de tags instalados pelo sistema Sem Parar/Via Fácil atingiu 3.244 mil unidades em 31 de dezembro de 2011, aumento de 26,6% em relação à 31 de dezembro de 2010. Esse crescimento é sustentado pela cobertura de 94% das praças pedágio existentes e pelos 111 estaionamentos que aceitam o sistema. Do total de arrecadação consolidada de pedágios das concessionárias da EcoRodovias, 42,3% foi realizada através da cobrança eletrônica em 2011.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A Receita Bruta Consolidada, desconsiderando a Receita de Construção atingiu R\$ 1.785,7 milhões em 2011. O aumento em relação a 2010 foi de 31,9%. Considerando a receita de construção, a Receita Bruta atingiu R\$ 1.985,7 milhões em 2011, 29,9% superior a 2010.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2011	2010	Var.
Concessões Rodoviárias	1.443,5	1.281,4	12,7%
Receita de Construção ICPC-01	199,4	174,7	14,2%
Logística	286,8	25,7	n.m
Receita de Serviços	55,4	46,4	19,5%
CONSOLIDADO	1.985,1	1.528,2	29,9%
CONSOLIDADO excluindo Receita de Construção	1.785,7	1.353,5	31,9%

Concessões Rodoviárias

Receita de Pedágio: correspondeu a 70,0% da receita bruta consolidada em 2011. Considerando o crescimento do volume de tráfego pedagiado e os reajustes contratuais das tarifas de pedágio já comentados anteriormente, a receita bruta com arrecadação de pedágio consolidada atingiu R\$ 1.389,7 milhões em 2011, 12,7% superior a 2010.

Receitas Acessórias: as receitas acessórias das concessionárias de rodovias são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos, outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões rodoviárias e serviços prestados pelo centro de serviços compartilhados. Em 2011, as receitas acessórias representaram 2,7% da receita bruta do grupo.

Receita de Construção: conforme estabelecida pelo ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) - Contratos de Concessão, a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária gerou uma receita de R\$ 199,4 milhões em 2011, 14,2% superior a 2010. A Companhia não reconhece margem de lucro nesta receita (margem igual a zero), sendo o valor correspondente ao mesmo contabilizado na conta de "Custo de Construção de Obras".

Logística (100%)

Receita da Zona Primária: as receitas provenientes das movimentações de contêineres ocorridas em 2011 alcançaram R\$ 85,0 milhões e a tarifa média alcançou R\$ 953.

Receita dos Portos Secos de Interior: as receitas provenientes da armazenagem e recinto alfandegado de interior alcançaram R\$ 87,0 milhões em 2011.

Receita dos Portos Secos de Fronteira: as receitas resultantes dos serviços de recinto alfandegado nas fronteiras com Uruguai, Argentina e Paraguai alcançaram R\$ 38,6 milhões em 2011.

Receita de Transporte: a receita advinda das operações de transporte rodoviário atingiu R\$ 56,0 milhões em 2011.

Receita dos Centros de Distribuição: a receita dos serviços de gestão de estoque de clientes e locação de armazéns atingiu R\$ 91,8 milhões em 2011.

STP - Sem Parar/Via Fácil

Receita de Serviços: a receita bruta da STP atingiu R\$ 434,8 milhões em 2011 (+19,5% em relação a 2010). A participação acionária da EcoRodovias na STP é de 12,75%, o que corresponde a uma receita bruta de R\$ 55,4 milhões em 2011, consolidada nas demonstrações financeiras.

RECEITA LÍQUIDA

A Receita Líquida consolidada, desconsiderando a Receita de Construção, atingiu R\$ 1.627,9 milhões em 2011, 29,9% superior a 2010. As Deduções sobre a Receita Bruta atingiram R\$ 157,7 milhões em 2011, representando 8,8% do total da receita bruta, desconsiderando a Receita de Construção, dos respectivos períodos. Considerando a Receita de Construção, a Receita Líquida de 2011 atingiu R\$ 1.827,4 milhões, 28,0% superior ao registrado em 2010.

Receita Líquida (em milhões de R\$)	2011	2010	Var.
Concessões Rodoviárias	1.338,4	1.191,0	12,4%
Receita de Construção ICPC-01	199,4	174,7	14,2%
Logística	242,4	23,6	n.m.
Receita de Serviços	47,2	38,3	23,0%
CONSOLIDADO	1.827,4	1.427,6	28,0%
CONSOLIDADO excluindo Receita de Construção	1.627,9	1.252,9	29,9%

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2011, os custos e despesas consolidados atingiram R\$ 1.038,9 milhões, frente aos R\$ 755,9 milhões em 2010, variação de 37,4%.

Custos Operacionais e Despesas Administrativas (em milhões de R\$)	2011	2010	Var.
Consolidado de Concessões Rodoviárias	747,2	667,9	11,9%
Consolidado Logística	223,4	27,7	n.m.
Holding e STP	68,3	60,3	13,3%
Consolidado	1.038,9	755,9	37,4%

Os principais motivos das variações dos custos operacionais e despesas administrativas por negócio foram:

Concessões Rodoviárias
Os custos e despesas no setor de concessões rodoviárias apresentaram variação de 11,9% devido, principalmente: (i) ao aumento do número de colaboradores; e (ii) aumento da provisão de custos futuros de manutenção rodoviária e custos de construção de obras, ambas decorrentes da aplicação das normas do IFRS/ICPC.

Logística

O aumento nos custos e despesas deveu-se, basicamente, à consolidação das empresas Elog Sudeste e Elog Sul.

EBITDA e MARGEM EBITDA

O EBITDA Consolidado Ajustado atingiu R\$ 1.037,6 milhões em 2011, com margem de 63,7%. O EBITDA ajustado é calculado desconsiderando as contas de receita e custo de construção e provisão para manutenção, introduzidas pela aplicação do IFRS. No setor de Logística, destaque para a margem EBITDA da Elog que atingiu 18,5% em 2011. O EBITDA Consolidado apurado, considerando o IFRS, foi de R\$ 957,3 milhões em 2011, atingindo margem de 52,4%.

EBITDA IFRS (em milhões de R\$)	2011	2010	Var.
CONSOLIDADO			
Lucro Líquido (antes da participação de minoritários)	387,6	594,0	-34,7%
Depreciação e Amortização	168,2	140,4	19,8%
Resultado Financeiro	183,1	199,5	-8,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social	217,6	175,9	23,7%
Resultado de operações não recorrentes	-	(297,8)	-
Amortização de Investimentos	0,8	-	-
EBITDA IFRS	957,3	812,0	17,9%
Margem EBITDA IFRS	52,4%	56,9%	-4,5 p.p.

EBITDA Ajustado s/ IFRS (em milhões de R\$)	2011	2010	Var.
EBITDA IFRS	957,3	812,0	17,9%
Receita de Construção	(199,4)	(174,7)	14,2%
Custo de Construção	199,4	174,7	14,2%
Provisão para Manutenção	80,3	48,2	66,6%
EBITDA Ajustado	1.037,6	860,2	20,6%
Margem EBITDA Ajustada	63,7%	68,7%	-5,0 p.p.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido totalizou uma despesa de R\$ 183,1 milhões (-8,2%) em 2011. Esta variação foi, basicamente, devido à redução dos juros sobre financiamento ocasionado pelo pagamento do financiamento de curto prazo (Notas Promissórias) e emissão de debêntures da concessionária Ecopistas e redução das variações monetárias dos Direitos de Outorgas das

concessões ocasionado, principalmente, pelo término do pagamento da outorga fixa da Ecopistas em dezembro de 2010, restando, assim, apenas as correções do ônus da Ecovias dos Imigrantes para o 2011.

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 2011, a EcoRodovias apresentou lucro líquido de R\$ 383,0 milhões, 29,7% superior ao lucro líquido ajustado, desconsiderando o ganho não recorrente de equivalência proveniente da venda de participação da Elog de R\$ 294,9 milhões ocorrida em 2010. Considerando este ganho não recorrente, o lucro líquido foi 35,1% inferior em 2011.

DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

A EcoRodovias encerrou dezembro de 2011 com saldo de caixa disponível e aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários de R\$ 671,8 milhões. A dívida bruta da EcoRodovias atingiu R\$ 1.676,1 milhões em 31 de dezembro de 2011, redução de 5,4% quando comparado à 31 de dezembro de 2010.

Endividamento (em milhões de R\$)	2011	2010	Var.
Curto Prazo	541,7	768,6	-29,5%
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	163,1	451,6	-63,9%
Debêntures	378,6	317,0	19,4%
Longo Prazo	1.134,4	1.002,7	13,1%
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	189,8	125,0	51,8%
Debêntures	944,6	877,7	7,6%
Endividamento bruto	1.676,1	1.771,3	-5,4%
Caixa e equivalentes de caixa	671,8	872,6	-23,0%
Endividamento líquido	1.004,3	898,7	11,8%

INVESTIMENTOS

Os investimentos consolidados realizados na EcoRodovias, em 2011, foram de R\$ 370,2 milhões, 11,5% superior ao registrado em 2010.

No setor de concessões rodoviárias, o total de investimentos realizados em 2011 foi de R\$ 299,8 milhões, superior em 2,4% em relação à 2010. As principais variações foram devido aos investimentos contratuais na Ecovias dos Imigrantes, Ecocatataras e Ecoosul e o incremento de investimentos na EcoRodovias Concessões e Serviços na atualização e melhorias nos sistemas operacionais e administrativos. No setor de logística, o valor de investimento realizado em 2010 foi de R\$ 60,0 milhões decorrente das construções de infraestrutura nos Ecopátios Cubatão e Imigrantes nas empresas Elog Sudeste e Elog Sul.

CAPEX (em milhões de R\$)	2011			2010			Var
	Intangível/Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	
Concessões Rodoviárias							
Ecovias dos Imigrantes	75,3	41,2	116,5	52,2	41,2	93,4	24,7%
Ecopistas	67,4	-	67,4	107,3	-	107,3	-37,2%
Ecovia Caminho do Mar	28,2	-	28,2	25,8	9,3	35,1	-19,7%
Ecocatataras	10,6	22,6	33,2	3,8	22,6	26,4	25,8%
Ecoosul - Rodovias do Sul	33,1	4,3	37,4	19,1	4,3	23,4	59,8%
EcoRodovias Conc. e Serviços	17,1	-	17,1	7,2	-	7,2	137,5%
Total	231,7	68,1	299,8	215,4	77,4	292,8	2,4%
Logística							
Ecopátio Logística Cubatão	28,6	-	28,6	6,9	-	6,9	n.m.
Ecopátio Imigrantes	11,3	-	11,3	10,3	-	10,3	9,7%
Elog	12,7	-	12,7	13,4	-	13,4	-5,2%
Elog Sudeste/ ElogSul	18,8	-	18,8	-	-	-	n.m.
Total	60,0	-	60,0	30,6	-	30,6	n.m.
Holding e STP							
Holding e STP	10,3	-	10,3	8,7	-	8,7	18,4%
CONSOLIDADO	313,4	68,1	381,5	254,7	77,4	332,1	14,9%

DIVIDENDOS

Ao longo do ano de 2011, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos no valor total de R\$ 285,6 milhões, sendo R\$ 145,5 milhões de dividendos complementares referentes ao exercício de 2010 e R\$ 140,1 milhões de dividendos intermediários referentes ao exercício de 2011. A distribuição do exercício de 2011 está sujeita a aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A EcoRodovias está comprometida em adotar as melhores práticas de governança corporativa, com a eficiência e a transparência de sua gestão e o firme propósito de criar valor para seus acionistas, uma vez que o objetivo é fazer com que as decisões sejam tomadas visando o melhor interesse da empresa a longo prazo.

Seguimos as práticas recomendadas pelo "Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa" do IBGC, dentre as quais destacam-se: Código de Conduta Empresarial aprovado pelo Conselho de Administração; transparência na divulgação dos resultados; cargos de presidente do conselho de administração e de executivo principal da companhia ocupados por pessoas diferentes; contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros; utilização de câmara de arbitragem para a resolução de conflitos societários; e política de divulgação de informações e manutenção de sigilo.



ecorodovias GRUPO

Vida e desenvolvimento em equilíbrio

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e Controladas

CNPJ 04.149.454/0001-80

Balancos Patrimoniais

Levantados em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	87.066	370.287	604.551	872.654
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	30.106	29.800
Clientes	7	-	-	176.505	127.722
Tributos a recuperar	8	13.620	12.288	27.403	21.851
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber		133.157	4.787	-	-
Despesas antecipadas	9	259	-	8.503	6.995
Outros créditos		96	884	30.564	9.460
Total do ativo circulante		234.198	388.246	877.632	1.068.482
Não Circulante					
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	37.201	-
Débitos diferidos	16.a)	-	-	68.444	72.937
Depósitos judiciais	10	9.116	8.398	25.242	14.578
Ativos indenizatórios	11	-	-	2.870	2.870
Partes relacionadas - clientes	22	36	33	-	260
Outros créditos		-	-	6.383	3.882
Despesas antecipadas	9	-	-	410	1.378
Investimentos:					
Em controladas	12	1.407.312	1.155.488	10	-
Agio	12	246.040	246.848	-	-
Propriedades para investimento	13	-	-	51.603	43.599
Imobilizado	14	4.932	2.657	287.933	218.694
Intangível	15	92	88	2.798.709	2.739.146
Total do ativo não circulante		1.667.528	1.413.512	3.278.805	3.097.294

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
PASSIVO					
Forneecedores		2.088	1.229	131.851	97.202
Contas a pagar - aquisição de empresas		-	-	-	88.025
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	161.120	450.241
Arrendamento mercantil financeiro	19	-	-	2.016	1.344
Debêntures	20	-	-	378.634	316.995
Impostos, taxas e contribuições a recolher		-	-	-	21.757
Obrigações sociais e trabalhistas	17	316	25	21.566	21.653
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	26	5.505	4.849	30.354	28.663
Partes relacionadas - fornecedores		-	-	259	281
Credor pela concessão	22	-	-	1.787	400
Imposto de renda e contribuição social a pagar	25	-	-	17.082	15.205
Dividendos a pagar		-	-	3.310	-
Provisão para manutenção de obras futuras		-	-	-	20.152
Outras contas a pagar		-	-	3.310	-
Total do passivo circulante		9.989	8.775	861.930	1.112.971
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	189.187	123.505
Arrendamento mercantil financeiro	20	-	-	641	1.549
Debêntures	21	-	-	944.565	877.686
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS		-	-	2.710	3.286
Outras contas a pagar		-	-	4.952	6.769
Tributos diferidos	16.a)	2.677	2.777	24.430	17.629
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	27	-	-	52.634	47.679
Provisão para manutenção de obras futuras	23	-	-	133.259	120.517
Credor pela concessão	24	-	-	1.929	6.886
Credor pela concessão	25	-	-	55.099	59.432
Total do passivo não circulante		2.677	2.777	1.409.406	1.264.938
Patrimônio Líquido					
Capital social	28.a)	1.320.549	1.320.549	1.320.549	1.320.549
Reserva de lucros - legal	28.e)	90.751	71.600	90.751	71.600
Constituição de reserva de lucros - orçamento de capital	28.f)	388.105	215.747	388.105	215.747
Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	28.g)	51.431	142.158	51.431	142.158
Reserva de Capital - plano de opção com base em ações	28.i)	31.224	31.149	31.224	31.149
Atribuído à participação dos acionistas controladores		1.882.060	1.781.203	1.882.060	1.781.203
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio das controladas		-	-	3.041	6.664
Total do patrimônio líquido		1.882.060	1.781.203	1.885.101	1.787.867
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.901.726	1.801.758	4.156.437	4.165.776

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 (Em milhares de reais - R\$, exceto a valor por ação)

	Atribuível aos acionistas da controlada				Reservas de lucros	Patrimônio líquido dos acionistas controladores (BR GAAP)	Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas (IFRS e BR GAAP)	Patrimônio não líquido consolidado (IFRS e BR GAAP)
	Nota explicativa	Capital social	Plano de opção com base em ações	Legal				
Saldos em 31 de dezembro de 2009		466.699	-	44.203	150.099	-	(42.357)	618.644
Efeito de participação dos acionistas não controladores		-	-	-	-	-	(168)	(168)
Aumento de capital		874.000	-	-	-	-	874.000	874.000
Custos de captação		(20.150)	-	-	-	-	(20.150)	(20.150)
Plano de opção com base em ações		-	324	-	-	-	324	324
Realização da reserva de retenção de lucros:		-	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos (R\$ 0,21 por ação)		-	-	(119.989)	-	(119.989)	(119.989)	(119.989)
Dividendos distribuídos (R\$ 0,06 por ação)		-	-	(30.110)	-	(30.110)	(30.110)	(30.110)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	590.295	590.295	3.744	594.039
Destinação do lucro:		-	-	-	-	-	-	-
Reserva de capital		-	30.825	-	-	(30.825)	-	-
Reserva legal		-	-	27.397	-	(27.397)	-	-
Constituição de reserva de lucros - orçamento de capital		-	-	-	215.747	(215.747)	-	-
Constituição para reserva de dividendos		-	-	-	142.158	(142.158)	-	-
Dividendos intermediários pagos (R\$ 0,21 por ação)		-	-	-	-	(117.327)	(117.327)	(117.327)
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,02 por ação)		-	-	-	-	(11.174)	(11.174)	(11.174)
Dividendos obrigatórios complementares (R\$ 0,01 por ação)		-	-	-	-	(3.310)	(3.310)	(3.310)
Saldos em 31 de dezembro de 2010		1.320.549	31.149	71.600	142.158	215.747	-	1.781.203
Efeito de participação de acionistas não controladores nas controladas		-	-	-	-	-	(8.172)	(8.172)
Ações em tesouraria	28.h)	-	(2.011)	-	-	-	(2.011)	(2.011)
Plano de opção com base em ações	28.h)	-	2.086	-	-	-	2.086	2.086
Dividendos distribuídos (R\$ 0,25 por ação)	28.g)	-	-	-	(142.157)	-	(142.157)	(142.157)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	383.017	383.017	4.549
Destinação do lucro:		-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	28.e)	-	19.151	-	-	(19.151)	-	-
Constituição de reserva de lucros - orçamento de capital	28.f)	-	-	-	172.358	(172.358)	-	-
Dividendos intermediários pagos (R\$ 0,25 por ação)	28.g)	-	-	-	-	(140.078)	(140.078)	(140.078)
Constituição para reserva de dividendos	28.g)	-	-	-	51.430	(51.430)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011		1.320.549	31.224	90.751	51.431	388.105	-	1.882.060

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receitas				
Com arrecadação de pedágio	-	-	1.389.658	1.233.260
Com construção	-	-	199.435	174.700
Outras receitas	-	-	396.020	120.287
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Custo dos serviços prestados	-	-	(530.066)	(368.198)
Deduções e abatimentos	-	-	-	(4.062)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(19.741)	(17.780)	(131.796)	(116.077)
Outros	-	-	(795)	-
Valor Adicionado (Consumido) Bruto	(19.741)	(17.780)	1.322.456	1.039.910
Depreciação e Amortização	(999)	(850)	(168.230)	(140.445)
Valor Adicionado (Consumido) Líquido	(20.740)	(18.630)	1.154.226	899.465
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Receitas financeiras	30.350	59.078	107.329	90.551
Resultado de equivalência patrimonial	401.588	344.979	-	-
Outras receitas, liquidadas	52	239.399	617	297.778
	431.990	643.456	107.946	388.329
Valor Adicionado Total a Distribuir	411.250	624.826	1.262.172	1.287.794

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Distribuição do Valor Adicionado	411.250	624.826	1.262.172	1.287.794
Pessoal	20.653	19.416	212.373	131.220
Remuneração direta	19.076	17.964	210.794	110.903
Benefícios	1.083	998	1.083	15.666
FGTS	494	454	496	4.651
Impostos, taxas e contribuições	4.451	13.159	371.824	278.524
Federais	4.451	13.159	320.241	232.325
Estaduais	-	-	3.214	-
Municipais	-	-	48.369	34.199
Remuneração de capitais de terceiros	3.129	1.956	290.409	290.011
Juros	-	-	188.002	175.121
Outras	3.129	1.956	102.407	114.890
Remuneração de capitais próprios	383.017	590.295	387.566	594.039
Dividendos	140.078	117.327	140.078	117.327
Participação dos acionistas não controladores	-	-	4.549	3.744
Lucro do exercício retido	242.939	472.968	242.939	472.968

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado

Para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido diluído por ação)

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receita Líquida	30	-	-	1.827.371	1.427.608
Custo dos Serviços Prestados	31	-	-	(810.823)	(623.618)
Lucro Bruto				1.016.548	803.990
Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas gerais e administrativas	31	(41.393)	(38.046)	(228.100)	(132.323)
Resultado de equivalência patrimonial	12	401.588	344.979	(180)	-
Outras receitas (despesas), liquidadas		52	239.399	-	297.778
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		360.247	546.332	788.268	969.445
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	32	30.350	59.078	107.329	90.551
Despesas financeiras	32	(3.129)	(1.956)	(290.409)	(290.011)
Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		387.468	603.454	605.188	769.985
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Correntes	16.c)	(4.551)	(10.377)	(207.794)	(165.140)
Diferidos	16.c)	100	(2.782)	(9.828)	(10.806)
		(4.451)	(13.159)	(217.622)	(175.946)
Lucro Líquido do Exercício		383.017	590.295	387.566	594.039
Atribuível a					
Participação dos acionistas controladores		383.017	590.295	383.017	590.295
Participação dos acionistas não controladores		-	-	4.549	3.744
					

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.7. Efeito de vida útil indefinida: Para fins de teste de redução do valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa...

2.8. Instrumentos financeiros ativos: Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado...

2.9. Imparidade: Os terrenos não são depreciados. As edificações, os móveis e utensílios e as máquinas e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável...

2.10. Provisão para investimento: A propriedade para investimento é representada por terrenos, edificações e obras em andamento mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital...

2.11. Ativos intangíveis: A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviço quando esta tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de uma concessão...

2.12. Provisão para recuperação de ativos de vida longa com prazos determinados: A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e os intangíveis de vida útil definida...

2.13. Passivos financeiros: Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são substancialmente representados por fornecedores, arrendamento mercantil financeiro e empréstimos e financiamentos...

2.14. Custos de empréstimos: Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida...

2.15. Tributação: A provisão para imposto de renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável é determinado de acordo com a legislação consolidada do resultado abrangente...

2.16. Provisões diferidas: O imposto de renda diferido ("tributo diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporais no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável...

2.17. Demais passivos circulante e não circulante: Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais...

a) As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio, e as receitas de logística são reconhecidas quando da utilização do páteo pelos caminhões e quando da utilização de máquinas e equipamentos para reparos de caminhões vazios...

2.20. Receitas e despesas financeiras: Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações, investimentos, depósitos judiciais, empréstimos, financiamentos, debêntures e credor pela concessão, conforme demonstrado na nota explicativa nº 32.

2.21. Dividendos e juros sobre o capital próprio: Quando não há distribuição de lucros ou ágio sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar"...

2.22. Lucro líquido e diluído por ação: Calcular o lucro líquido e o lucro líquido do exercício atribuíveis aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício.

2.23. Demonstração do valor adicionado: Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada da mesma forma que a demonstração da legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas...

2.24. Normas, alterações e interpretações de normas contábeis adotadas sem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: As IFRSs novas e revisadas a seguir foram adotadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.25. Normas e interpretações de normas contábeis adotadas com base em ações detidas pelas entidades e ainda não baseadas: Modificações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (como parte das Melhorias às IFRSs emitidas em 2010) - esclarecem que uma entidade pode optar por divulgar uma análise de outro resultado abrangente por item na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras...

2.26. Estativas sobre provisões: As informações sobre provisões e despesas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos...

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos: Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia a reconhecida na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas...

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS: As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e suas controladas majoritariamente detidas e participações em entidades nas quais a Companhia é considerada a beneficiária primária ou seja detentora dos principais riscos e benefícios (mesmo quando a Companhia não tiver a maioria das ações com direito a voto)...

Table with columns for entity names and financial data for 31/12/2011 and 31/12/2010.

Controlladas diretas: EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., Ecoparto Holding Ltda., Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, EIL01 Participações Ltda., Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocatarras...

Controlladas indiretas: EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Ecopato: Ecopato CLB Imigrantes Empreendimentos Imobiliários S.A., Ecopost, Ecopost Logística Curitiba Ltda., ELG-01 Participações Ltda., Elog Sudeste S.A., Elog Logística Sul Ltda., Anish Empreendimentos e Participações Ltda., Panhê Participações Ltda., Bodner S.A.

Table showing balance sheet components: Ativos (passivos) líquidos adquiridos: Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Estoques, Outros créditos, Impostos judiciais, Ativos indenizatórios, Imobilizado, Intangível, Água, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e civis, Outras contas a pagar.

Notas Explicativas Às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia mensurou os valores justos de imobilizado, intangível e ágio.
Perda de controle em investimentos
Em 2010, a Logística Brasil - Fundo de Investimentos em Participações integralizou o capital da Elog S.A., então controlada integral da Companhia, em R\$ 92.000, representativo de 20% do capital total e votante. Concomitantemente, foi assinado um acordo em que o controle da Elog S.A. passou a ser compartilhado entre os acionistas.
Como resultado da perda de controle, o investimento remanescente de 80% foi remensurado pelo seu valor justo na data da transação, resultando em um ganho de R\$ 239.236, reconhecido ao resultado do exercício na rubrica "Outras receitas operacionais líquidas", tendo como contrapartida os seguintes ativos e passivos identificáveis:
Imobilizado 3.582
Intangível 5.003
Ágio ("goodwill") 230.847
Empréstimos e financiamentos (196)
= 239.236

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRSs e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e bancos- Em moeda nacional	83	56	33.378	19.267
Aplicações financeiras:				
Fundo exclusivo (a)	78.917	346.565	374.612	597.758
Certificados de Depósito Bancário - CDB (b)	8.066	23.666	196.561	255.629
	<u>87.066</u>	<u>370.287</u>	<u>604.551</u>	<u>872.654</u>

(a) Fundo constituído na forma de fundo exclusivo, que se enquadra na categoria "renda fixa", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos, o Fundo deverá possuir no mínimo 80% da carteira em ativos relacionada diretamente ao seu principal fator de risco, conservador, sendo composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas, os quais possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

A composição da carteira do Fundo está representada por títulos de renda fixa de bancos de primeira linha e Letras Financeiras do Tesouro - LFTs, sendo:
• 52,81% de operações compromissadas com rentabilidade prefixada atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI de instituições financeiras nacionais consideradas de primeira linha.
• 16,95% de CDB com rentabilidade prefixada atrelada ao CDI.
• 30,24% de LFTs. Caso o título ou valor mobiliário receba classificações diferentes, prevalecerá a mais conservadora.

O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Além disso, o Fundo não pode estar investido a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos relacionados nestes, com exceção de operações que se utilizem de tais instrumentos para produzir rendimentos predeterminados. A carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários está composta conforme segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRSs e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Operação comprometida	13.376	133.961	63.497	231.057
Operação comprometida	41.676	182.629	197.833	315.000
LFTs	23.865	29.975	113.282	51.701
	<u>78.917</u>	<u>346.565</u>	<u>374.612</u>	<u>597.758</u>

(b) Os recursos não vinculados se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados a taxas que variam entre 100% e 102% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses em média e possuem liquidez imediata e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - VINCULADOS - CONSOLIDADO: (IFRS e BR GAAP)

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários circulares, representados por títulos de alta liquidez.

	31/12/2011	31/12/2010
CDB	67.307	29.800
Circulante	30.106	29.800
Não circulante	37.201	-

Sua aplicação formada por CDB e remunerada em taxas que variam entre 101,0% e 105,31% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora possam apresentar liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários por estarem vinculadas ao processo de liquidação e remuneração das debêntures da controlada indireta Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 21).

11. ATIVOS INDENIZATÓRIOS - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

Em 7 de maio de 2010, a controlada ELOG S.A. celebrou Contrato de Compromisso de Compra e Venda de Participações Societárias de Controle da Elog Sudeste S.A. e Elog Logística Sul. O valor justo dos passivos assumidos especificamente relacionados às contingências foi avaliado em R\$ 18.272, para os quais há cláusula contratual de reembolso de R\$ 15.402, totalizando o valor líquido de R\$ 2.870 (R\$ 2.870 em 31 de dezembro de 2010).

12. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA (BR GAAP)

	Valores das investidas 31/12/2011		Percentual de participação direta		Investimento		Equivalência patrimonial	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Eco Rodovias	301.668	(15.876)	80,00%	80,00%	241.334	254.101	(12.701)	48.954
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	857.341	369.033	100,00%	100,00%	857.341	627.750	369.033	288.948
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	136.212	114.612	12,75%	12,75%	17.367	12.537	14.613	11.127
Ecoporto Holding S.A.	1	(8)	100,00%	100,00%	1	(4)	(8)	(5)
ELG-01 Participações Ltda.	-	-	100,00%	100,00%	-	-	-	-
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocatataras	298.617	30.324	100,00%	100,00%	298.617	268.777	30.324	(4.372)
Lucros não realizados - Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	-	-	-	-	(7.348)	(7.674)	327	327
	<u>1.407.312</u>	<u>1.155.488</u>			<u>1.407.312</u>	<u>1.155.488</u>	<u>401.588</u>	<u>344.979</u>

Movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

	31/12/2010	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Aporte de capital	Reclassificação de equivalência	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	31/12/2011
Elog S.A.	254.101	-	-	(66)	-	(12.701)	241.334
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	627.750	(139.553)	-	-	111	369.033	857.341
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	12.537	(9.784)	-	-	-	14.613	17.367
Ecoporto Holding S.A.	(4)	-	13	-	-	(8)	1
ELOG-01 Participações Ltda.	1	(1)	-	-	-	-	-
Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocatataras	268.777	(543)	-	-	59	30.324	298.617
Lucros não realizados - Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	(7.674)	-	-	-	-	326	(7.348)
	<u>1.155.488</u>	<u>(149.881)</u>	<u>13</u>	<u>(66)</u>	<u>170</u>	<u>401.588</u>	<u>1.407.312</u>

	31/12/2010	Amortização	31/12/2011
Ágio - EcoSul	7.833	(513)	7.320
Ágio - Elog	239.015	(295)	238.720
	<u>246.848</u>	<u>(808)</u>	<u>246.040</u>

13. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

A propriedade para investimento é representada por terrenos, edificações e obras em andamento movidas para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital.

	31/12/2011	31/12/2010
Saldo em 31 de dezembro de 2009	42.728	-
Perda de participação (20% para a BRZ)	(8.546)	-
Adições	10.293	-
Baixas	-	-
Depreciação	(876)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	43.599	-
Adições	9.042	-
Baixas	(65)	-
Depreciação	(973)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	51.603	-
Valor justo considerando o tipo da propriedade		
	<u>31.12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Edificações	83.916	69.736

O valor justo da propriedade para investimento foi estimado por peritos especializados e independentes, que adotaram a metodologia básica fundamentada pela NBR-14653 - Norma Brasileira para Avaliação de Bens da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, em suas partes 1: Procedimentos Gerais e 2: Imóveis Urbanos.

b) Controladora - (IFRS e BR GAAP)

	Hardware e equipamentos		Máquinas e equipamentos	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Saldo em 31 de dezembro de 2009	42.855	11.868	3.962	3.361
Ativos recebidos de novas aquisições	2.126	2.786	1.034	129
Cessão Elog S.A.	(289)	(685)	(31)	(19,784)
Adições	21.574	3.284	3.955	4.695
Baixas	(519)	(404)	(10)	-
Transferências	1.359	892	94	1.261
Depreciação	(13.433)	(2.118)	(686)	(4.543)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	53.673	15.623	6.318	12.461
Adições	26.923	3.734	2.048	1.405
Baixas	(228)	(59)	(8)	-
Transferências	1.761	411	1.004	17.064
Depreciação	(18.659)	(2.100)	(1.062)	(4.821)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	63.470	17.609	8.300	13.866
Taxas anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	4,1

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Em adição, o ativo imobilizado da Companhia contempla o saldo do ativo imobilizado das empresas controladas indiretas Elog Sudeste S.A. e Elog Logística Sul Ltda., ambas adquiridas em 28 de dezembro de 2010, cujos montantes foram avaliados por seus valores justos na data de aquisição do negócio, de forma conjunta. Após a obtenção de todas as informações necessárias para a adequada apuração dos valores justos, cujo prazo não excederá 12 meses a partir da data de aquisição, os valores provisionários poderão ser ajustados retrospectivamente.

15. INTANGÍVEL

	31/12/2011	31/12/2010
Saldo em 31 de dezembro de 2009	103	4
Adições	11	-
Amortização	(28)	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	86	2
Adições	42	-
Amortização	(36)	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	92	2
Taxas anuais de amortização - %	20,0	-

	Contratos de concessão		Ágio EcoSul		Em andamento		Ágio Columbia		Ágio Ecopátio Cubatão		Ágio Elog		Outros	Total
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010		
Saldo em 31 de dezembro de 2009	2.200.126	8.347	14.951	6.514	-	-	-	-	4.711	-	14	2.234.663		
Ativos recebidos de novas aquisições	-	-	4.093	-	-	-	-	-	-	-	134	4.227		
Cessão Elog	-	-	(199)	-	-	-	-	-	(942)	239.015	-	237.874		
Adições - Elog Sudeste	129.250	-	8.924	53.816	-	-	-	-	-	-	-	191.990		
Adição	129.423	-	-	-	61.634	-	-	-	-	-	-	191.057		
Baixas	(349)	-	(67)	(1.131)	-	-	-	-	-	-	-	(1.547)		
Transferências	50.988	-	(146)	(52.851)	-	-	-	-	-	-	-	(2.009)		
Amortização	(11.247)	(514)	(5.347)	-	-	-	-	-	-	-	-	(117.109)		
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.398.191	7.833	22.209	6.348	61.634	-	3.769	239.015	17	2.739.146				
Adições	164.351	-	10.617	29.114	-	-	-	-	-	204.082				
Baixas	(855)	-	-	(1.403)	-	-	-	-	-	(9.531)				
Transferências	20.097	-	-	(25.418)	-	-	-	-	-	-				
Amortização	(122.214)	(513)	(7.640)	-	(4.210)	-	-	(296)	(120)	(132.730)				
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.459.570	7.320	25.186	8.641	55.477	-	3.769	238.719	27	2.798.709				
Taxas anuais de amortização - %	-	-	(*)	20,0	-	-	-	-	-	-				

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de frágio estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de amortização foram de 2,05% a 6,41% (2,02% a 6,20% em 31 de dezembro de 2010).

7. CLIENTES - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

	31/12/2011	31/12/2010
A composição está assim representada:		
Nacional (a)	187.760	135.474
Internacional (b)	1.246	1.342
	<u>189.006</u>	<u>136.816</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	(12.501)	(9.094)
	<u>176.505</u>	<u>127.722</u>

(a) Apresentado substancialmente por valores a receber de pedágio eletrônico referente a serviços prestados controlada direta Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, de administração à gestão dos meios de pagamentos "Sem Parar" e clientes de logística, locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

(b) Refere-se a clientes provenientes das operações de Centro Logístico e Industrial Aduaneiro - CLIA, da controlada indireta Elog Sudeste S.A.

(c) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, substancialmente da operação da controlada direta Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos saldos.

	31/12/2011	31/12/2010
O "aging list" das contas a receber está assim representado:		
A vencer	170.718	134.723
Até 30 dias	2.966	1.059
De 31 a 90 dias	1.294	897
De 91 a 180 dias	14.028	137
	<u>18.288</u>	<u>2.093</u>
	<u>189.006</u>	<u>136.816</u>

	31/12/2011	31/12/2010
Saldo no início do exercício	9.094	5.805
Valores baixados no exercício como incoráveis	(5.205)	(2.428)
Valores recuperados durante o exercício	(1.798)	(1.639)
Saldo no fim do exercício	<u>12.501</u>	<u>9.094</u>

Para determinar a recuperação do contas a receber de cliente, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do exercício. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é abrangente e não há relação entre os clientes.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRSs e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Impostos a recuperar	13.531	11.233	27.331	19.646
Outros	89	1.055	72	2.205
	<u>13.620</u>	<u>12.288</u>	<u>27.403</u>	<u>21.851</u>

Referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras e pagamentos de estimativas mensais de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, saldo este que será utilizado para compensar os saldos de passivos referentes a IRPJ e CSLL, PIS, Cofins, IRRF e PIS/Cofins/CSLL, IFRS e BR GAAP.

9. DESPESAS ANTICIPADAS - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

O saldo de R\$ 8.913 (R\$ 8.373 em 31 de dezembro de 2010) refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a aprioriar, aluguéis e imposto Predial Terr

Notas Explicativas Às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(c) **Processos trabalhistas:** Correspondem, principalmente, a processos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2011, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$ 13.709, dos quais R\$ 10.967 (80%) referentes à participação da Companhia) se referem à operação de logística (R\$ 18.833 em 31 de dezembro de 2010), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Para a Companhia possui uma ação de responsabilidade subsidiária referente à reclamação trabalhista contra a Qualix Serviços Ambientais S.A., empresa pertencente ao Grupo Sideco (ex-acionista da Companhia). A ação foi julgada procedente em primeira instância contra as reclamadas, sendo o valor da condenação atualizado em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 5.192 (R\$ 5.192 em 31 de dezembro de 2010). Por força do contrato de compra e venda celebrado entre a Sideco S.A. e a controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., há o dever de indenização por parte dos ex-acionistas em caso de materialização da perda. Os consultores legais e a Administração avaliam a causa como perda possível, razão pela qual não foi constituída provisão. Em 1º de agosto de 2011, a Ecocontroladas ofereceu carta de fiança pela qual o Banco Bradesco S.A. affiançou o valor da execução de R\$ 6.439.

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito e integralizado de R\$ 1.320.549 está representado por 558.699.080 ações ordinárias sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$ 2.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão, e o exercício do direito de preferência.

c) **Reserva de reservas de ações**
Em 6 de abril de 2010, o capital social foi integralizado em R\$ 874.000, mediante a oferta pública de 92.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e escriturais, sem valor nominal, no valor unitário de R\$ 9,50. Como consequência, o capital social da Companhia passou de R\$ 466.699 para R\$ 1.320.549, mediante a emissão de 92.000 ações ordinárias.

	2011
Ações primárias.....	92.000
Preço de emissão - R\$.....	9,50
Aumento de capital.....	874.000

d) **Reserva de lucros - legal**
De acordo com o Contrato de Adesão assinado com a BMF&BOVESPA, a Companhia cumpriu o requisito de que 25% de ações de sua emissão estejam em circulação no mercado. Em 30 de abril de 2010, o Coordenador Líder exerceu a opção exclusiva que lhe foi outorgada pela Companhia e por seu acionista Primav Construções e Comércio S.A., para a distribuição de uma lote suplementar de ações ("ações do lote suplementar"), tendo sido colocadas 18.783.000 ações de titularidade unicamente da Primav Construções e Comércio S.A. (ações secundárias), nas mesmas condições e preço da oferta inicial das ações. Esse lote suplementar foi destinado exclusivamente a atender ao excesso de demanda. A oferta totalizou R\$ 1.368.028.

e) **Reserva de lucros - legal**
São os gastos em relação à oferta pública de ações. Esses gastos incorridos totalizaram R\$ 20.150 (R\$ 20.150 em 31 de dezembro de 2010), líquidos dos efeitos fiscais.

f) **Reserva de retenção de lucros - dividendos e orçamentos de capital**
A reserva de retenção de lucros em 2010 foi constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os programas de Investimento da Companhia, previstos em Orçamento de capital que será submetido à Assembleia Geral Ordinária, e também para proposta de dividendos adicionais ao nível subordinado.

g) **Dividendos propostos**
De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituição da reserva prevista em lei e da reserva estatutária. O cálculo dos dividendos é como segue:

	31/12/2011
Lucro líquido do exercício.....	383.017
Reserva legal (5%).....	(19.151)
Base de cálculo dos dividendos.....	363.866
Proposta da Administração:	
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%.....	90.967
Dividendos intermediários pagos.....	140.078
Orçamento de capital.....	172.358
Dividendos adicionais propostos - classificados como reserva de lucros.....	119.430

h) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado Plano Geral de Administração de Opção de Compra de Ações da Companhia aos diretores e empregados. O Conselho de Administração é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da Companhia de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos da Companhia. São elegíveis para participar membros do Conselho de Administração, diretores da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da Companhia.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela Companhia, ações estas que deverão ser apenas opções em tesouraria. O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção e contrato de outorga de opção de compra de ações ("contrato"), a ser celebrado entre a Companhia e cada beneficiário. O preço das opções corresponderá ao valor da ação da Companhia, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da Companhia.

O Conselho de Administração disponibilizou 1.897.809 ações ordinárias para esse plano, como segue:

	1ª Outorga 31/08/2010	2ª Outorga 21/03/2011
Quantidade de opções de ações.....	685.764	1.212.045
Preço de exercício - R\$ por ação.....	R\$ 9,95	R\$ 12,80
Índice de reajuste.....	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi registrado na rubrica "Prêmio de opções" o valor de R\$ 2.086. A Companhia efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	1ª Outorga	2ª Outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2010.....	685.764	-	685.764
Outorgadas.....	-	1.212.045	1.212.045
Exercidas.....	(21.942)	-	(21.942)
Canceladas.....	(17.553)	-	(17.553)
Em 31 de dezembro de 2011.....	646.269	1.212.045	1.858.314

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de emissão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

Em 2011, foram exercidas 21.942 ações ordinárias, pelo preço médio de R\$ 13,46 por ação.

A aquisição do direito ao exercício da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio de exercício em R\$	Quantidade de ações em R\$	Valor justo médio da opção em R\$	Total	Prazo para exercer
2011.....	10,73	171.441	2,16	3,60	11 meses
2012.....	12,07	474.452	4,42	2,097	23 meses
2013.....	12,07	474.452	5,79	2,747	35 meses
2014.....	12,07	474.452	6,98	3,312	47 meses
2015.....	13,41	303.012	3,66	1,109	59 meses
		1.897.809	4,60	9,635	

As condições para exercício das opções estão demonstradas a seguir:

Condições	Prazo
25% das opções (do total de 1.897.809 ações).....	Após 12 meses de prestação de serviço
25% das opções (do total de 1.897.809 ações).....	Após 24 meses de prestação de serviço
25% das opções (do total de 1.897.809 ações).....	Após 36 meses de prestação de serviço
25% das opções (do total de 1.897.809 ações).....	Após 48 meses de prestação de serviço

Em 31 de agosto de 2010, o Conselho de Administração aprovou um programa de recompra de ações. Este programa ocorrerá sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, realocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da Companhia, observados:(1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da Companhia; e (3) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 31 de agosto de 2010.
- Quantidade de ações em circulação no mercado: 144.003.000 ações ordinárias em circulação no mercado.
- Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 4.000.000 de ações ordinárias.
- A Companhia mantém em tesouraria 149.302 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 31 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 2,011. O valor total dessas ações, cujo cálculo foi com base a cotação média do pregão de 29 de dezembro de 2011, é de R\$ 2.045.
- A Companhia instituiu reserva para futura compra de ações para seu plano de opção com base em ações a empregados no valor de R\$ 31.224, transferido para a rubrica "Reserva de capital", conforme determinado em Estatuto Social.

j) Participações dos acionistas não controladores:

	31/12/2011	31/12/2010
Saldo no início do exercício.....	6.664	3.088
Participação nos lucros do acionista.....	4.549	3.744
Elimi na participação dos acionistas não controladores.....	(8.172)	(168)
Saldo no fim do exercício.....	3.041	6.664

29. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS

Em 1999, os serviços de exploração de rodovias foram incluídos na lista de serviços tributados pelo ISS. A controladora indireta iniciou negociações com o Poder Concedente para obter reembolso financeiro do contrato, visto que não foi considerada a incidência desse imposto na tarifa de pedágio. Em 2001, a Companhia iniciou o recolhimento do ISS para as prefeituras dos municípios abrangidos pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, conforme regulamentação por parte destas (exceto para a Prefeitura do Município de São Paulo, a qual não regulamentou o imposto naquele ano).

Uma vez que esse tributo não foi previsto na proposta da concessão, a Companhia, por meio dos preceitos de equilíbrio econômico-financeiro do contrato e aprovação pelo Poder Concedente, compensou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o valor de R\$ 32.455 pago às prefeituras com os valores referentes ao ônus da concessão. Do início do equilíbrio econômico-financeiro até 31 de dezembro de 2011, o valor total compensado foi de R\$ 241.659 (R\$ 200.368 em 31 de dezembro de 2010).

30. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário.....	664.295	643.863
Pedágio por equipamento eletrônico (a).....	586.058	459.179
Vale-pedágio e pedágio em cupons.....	135.868	127.321
Outras.....	3.437	2.897
	1.389.658	1.233.260
Receitas com construção.....	199.435	174.700
Receita de logística e de prestação de serviços (b) e (d).....	342.185	72.103
Receitas acessórias (c).....	53.835	48.184
Receita bruta.....	1.985.113	1.528.247
Devoluções de receita.....	(197.742)	(100.639)
Receita líquida.....	1.787.371	1.427.608

- (a) Refere-se às receitas de prestação de serviços da controladora em conjunto Serviços e Logística de Pagamentos S.A. - STP relativas a taxas de adesão e manutenção de pedágio eletrônico.
- (b) Refere-se às receitas das empresas de logística relativas ao pató de estacionamento de caminhões, depósito e reparos de contêineres e de Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação - Fedex.
- (c) Refere-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de áreas para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.
- (d) Refere-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

31. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	Controladora (BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010
Pessoal.....	20.653	19.416
Conservação e manutenção.....	548	478
Serviços de terceiros.....	14.596	12.888
Seguros.....	311	512
Depreciação e amortização.....	999	850
Locação.....	1.759	1.339
Outros.....	2.727	2.563
	41.393	38.046

Classificados como:

	41.393	38.046
Despesas gerais e administrativas.....		

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010
Pessoal.....	212.373	131.220
Conservação e manutenção.....	69.697	66.481
Serviços de terceiros (*).....	143.755	81.480
Seguros.....	13.090	12.153
Depreciação e amortização.....	168.230	140.445
Poder Concedente.....	48.363	37.598
Outros.....	61.285	51.976
Locação para manutenção.....	42.383	13.704
Provisão para manutenção.....	80.312	48.184
Custo de construção de obras.....	199.435	174.700
	1.038.923	755.941

Classificados como:

	810.823	623.618
Custo dos serviços prestados.....		
Despesas gerais e administrativas.....	228.100	132.323
	1.038.923	755.941

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulância, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

32. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras.....	28.663	57.215	95.586	86.307
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos.....	-	-	6.355	1.216
Outras.....	1.687	1.863	5.388	3.028
	30.350	59.078	107.329	90.551

Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures.....	-	-	(153.756)	(112.188)
Juros sobre empréstimos e financiamentos.....	-	(2)	(34.246)	(62.933)
Variação monetária sobre debêntures.....	-	-	(49.918)	(46.276)
Variação monetária sobre direito de outorga.....	-	-	(9.548)	(29.773)
Amortização de custos com emissão de debêntures.....	-	-	(4.715)	(3.570)
Despesas bancárias.....	(40)	(364)	(2.669)	(3.824)
Ajuste a valor presente - interpretação técnica ICP 01.....	-	-	(16.304)	(17.568)
Outras.....	(3.089)	(1.590)	(19.253)	(13.897)
	(3.129)	(1.956)	(290.409)	(290.011)
Resultado financeiro, líquido.....	27.221	57.122	(183.080)	(199.460)

33. LUCRO POR AÇÃO

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Lucro básico por ação das operações continuadas.....	0,68	1,12	0,68	1,12
Lucro diluído por ação das operações continuadas.....	0,68	1,12	0,68	1,12

a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Lucro básico por ação das operações continuadas.....	0,68	1,12	0,68	1,12
Lucro diluído por ação das operações continuadas.....	0,68	1,12	0,68	1,12

Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação.....	383.017	590.295	383.017	590.295
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação.....	560.420	528.718	560.420	528.718

O lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação.....

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação.....

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação.....

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Lucro líquido por ação.....	383.017	590.295	383.017	590.295
diluído por ação.....	0,68	1,12	0,68	1,12

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação.....

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação.....

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação.....	558.699	528.032	558.699	528.032
Opções de subscrição.....	1.721	686	1.721	686

Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação.....

A quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas para fins de cálculo do lucro diluído por ação.....

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação.....	558.699	528.032	558.699	528.032
Opções de subscrição.....	1.721	686	1.721	686

A quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação.....

A quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação.....

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação.....	558.699	528.032	558.699	528.032
Opções de subscrição.....	1.721	686	1.721	686

A quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação.....

A quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação.....

A quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação.....

A quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação.....

A quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação.....

A quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação.....

A quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação.....

A quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação.....

A quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação.....

A quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação.....

A quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação.....

A quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação.....

A quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação.....

A quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação.....

A quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação.....

A quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação.....

A quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação.....

A quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação.....

A quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação.....

A quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação.....

A quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação.....

A quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação.....

A quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação.....

A quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação.....

A quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação.....

a) Risco da taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes indexados



ecorodovias GRUPO

Vida e desenvolvimento em equilíbrio

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e Controladas

CNPJ 04.149.454/0001-80

Notas Explicativas Às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservação preventiva, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágio.

Em 21 de dezembro de 2006, através do Termo Aditivo e Modificativo nº 10, a controlada obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. O contrato de concessão possui vigência até março de 2024. A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Ampliação principal:
• Duplicação da Rodovia dos Imigrantes entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) Pagamento de:
• Direito de outorga, em parcelas mensais de valor definido durante o período de concessão, no total de R\$ 87.000 (R\$ 44.857 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M.

• 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

O contrato de concessão da Ecovias foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Receita de construção	73.343	44.561
Custos de construção	(73.343)	(44.561)
	-	-

Em 31 de dezembro de 2011, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecovias estão estimados em R\$ 433.613 (R\$ 517.075 em 31 de dezembro de 2010).

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP" ou "Poder Concedente"), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará a revisão contratual em base anual perante o Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2012, condicionadas à autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocatarratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocatarratas foi constituída em 3 de novembro de 1997 e tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277 (trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz de Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado), conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da Concorrência Pública Internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros. Com relação a esse contrato de concessão, diversos aspectos estão sendo discutidos, inclusive judicialmente, desde o final do ano 2002, pela Administração da Ecocatarratas e pelo Governo do Estado do Paraná.

O prazo de duração da Ecocatarratas é indeterminado, mas será estendido, no mínimo, pela vigência de 24 anos da concessão (o prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021).

Em 7 de fevereiro de 2008, a Ecocatarratas teve seu controle acionário adquirido pela EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., com transferência de 100% das ações representativas do capital social. A Ecocatarratas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$ 77 durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de dezembro de 2011, a parcela reajustada é de R\$ 216.

b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):
• 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
• 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinhópolis, município de Cascavel - PR.
• 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramielândia - PR.
• 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

Os bens que integram a concessão são as rodovias e os trechos rodoviários de acesso que compõem o sistema, compreendendo todas as edificações e demais bens móveis e imóveis que poderão ser cedidos pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER à Ecocatarratas, de forma provisória, para que não ocorram interrupções nos serviços.

O contrato de concessão da Ecocatarratas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Receita de construção	6.437	929
Custos de construção	(6.437)	(929)
	-	-

Não ocorreram mudanças no contrato de concessão no decorrer do exercício.

De acordo com o contrato de concessão, a Ecocatarratas não possui compromissos futuros; as obras realizadas são para manutenção do sistema rodoviário.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009, sendo a vigência do contrato até junho de 2039, e tem como objeto social, pelo regime de concessão, a exploração, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, compreendendo:

a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no final da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e final do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.

b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e final do trecho entre o km 2 e o km 400, início da Círculo do Aeroporto de Sítio de São Paulo - SP.

Conselho de Administração

Efetivos:	MARCO ANTONIO CASSOU CESAR BELTRÃO DE ALMEIDA JOÃO ALBERTO GOMES BERNACCHIO MASSIMO VILLA	GUILLERMO OSVALDO DÍAZ ALESSANDRO RIVANO
Independente:	CARLOS CESAR DA SILVA SOUZA	
Suplentes:	FRANCISCO HENRIQUE PASSOS FERNANDES GIUSEPPE QUARTA	GIANFRANCO CATRINI

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

c) SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e final do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.

d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquecetuba: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquecetuba - SP; e final do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquecetuba - SP.

e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e final do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.

f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.

g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (interseção com a SP-088) e no km 111 (interseção com a SP-103).

A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

• O pagamento de direito de outorga, no total de R\$ 595.157 (R\$ 570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$ 118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante a ser pago em 18 parcelas mensais.

Sempre que houver direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, ela será implantada tomando como base os efeitos dos fatos que lhe deram causa, por meio de:

a) Prorrogação do prazo de concessão.
b) Revisão tarifária.
c) Revisão do cronograma de investimentos.
d) Utilização do ônus fixo.
e) Emprego de verbas do tesouro.
f) Utilização conjugada de uma ou mais modalidades.

Os bens integrantes da concessão são todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, todos os demais bens vinculados à exploração e manutenção do sistema existente, transferidos à concessionária, bem como os bens adquiridos pela concessionária, ao longo de todo o prazo da concessão, utilizados na exploração do sistema rodoviário.

Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário, transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão.

O contrato de concessão da Ecopistas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das obrigações, mediante ação judicial movida especialmente para esse fim, porém os serviços prestados pela Ecopistas não poderão ser interrompidos ou paralisados até a decisão judicial, decretando a rescisão do contrato.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Receita de construção	64.478	89.057
Custos de construção	(64.478)	(89.057)
	-	-

Em 31 de dezembro de 2011, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecopistas estão estimados em R\$ 329.633 (R\$ 387.702 em 31 de dezembro de 2010).

Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

A Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul foi constituída em 19 de janeiro de 1998, tendo a assinatura de seu contrato de concessão ocorrido em 15 de julho de 1998, o início de suas operações em 24 de julho de 1998 e o início da cobrança de pedágio em 4 de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, das seguintes rodovias e trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas:

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-293	Pelotas/Bagé	161,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	73,8
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	128,4

A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir do início da cobrança de pedágio) e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservação preventiva, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários. Ao término do exercício de concessão em março de 2026, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Taxa de fiscalização: é calculada pela aplicação de 1% sobre a receita de arrecadação de pedágio, sendo provisionada mensalmente em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 623,8 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

O contrato de concessão da Ecosul foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Receita de construção	31.546	17.958
Custos de construção	(31.546)	(17.958)
	-	-

Em 31 de dezembro de 2011, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecosul estão estimados em R\$ 70.475 (R\$ 103.569 em 31 de dezembro de 2010). Não ocorreram mudanças no contrato de concessão no decorrer do exercício.

39. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO DAS CONTROLADAS ECOVIA E ECOCATARRATAS

As controladas Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocatarratas fazem parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias (o prazo final da concessão de ambas é novembro de 2021). A anterior Administração do Governo do Estado do Paraná buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos de 2003 a 2009, tentativa de nulidade de aditivos contratuais vigentes e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná, seja por decisões liminares, seja por sentenças ou recursos em instância superior, ou seja, os contratos de concessão não foram atingidos. Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados e estão vigentes, parte deles por meio de liminares, a maioria já confirmada em todas as instâncias, parte por meio de sentenças de mérito. Houve ainda, em 2007, a edição de duas leis estaduais para a concessão de isenções tarifárias a categorias determinadas de usuários das rodovias. Em ambos os casos, as decisões judiciais nas ações que discutiram a validade de tais leis foram favoráveis às concessionárias, inclusive com trânsito em julgado no mandado de segurança impetrado em razão da lei que pretendia isenção tarifária aos veículos emplacados nos municípios das praças de pedágio. Tanto a Ecovia quanto a Ecocatarratas buscam, por meio de ações judiciais na Justiça Federal, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram os contratos de concessão de cada uma delas, mas que foram omitidos ou não reconhecidos pela anterior Administração Estatal. Caso reconhecidos, tais eventos originários do direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos, seja por aumento de tarifa ou redução de obras, seja por aumento no prazo da concessão, isto é, por compensação pecuniária direta

do poder público, podendo ocorrer também a combinação dessas possibilidades.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações e de suas controladas não é provável e que, no momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses.

40. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

a) Caixa e equivalentes de caixa

composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa. As movimentações que não afetaram o caixa referem-se a transações de integralização de capital, incorporação de empresas e aquisição de equipamentos operacionais, detalhadas nas notas explicativas nº 14 e nº 15.

41. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos avaliados ao principal tomador de decisões operacionais ("Chief Operating Decision-Maker - CODM").

Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos.

A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em:

a) Concessões

O modal rodoviário é o mais extenso e desenvolvido dos modais de transporte do País. As concessões rodoviárias interligam grandes centros industriais, de produção, de consumo e de turismo nacionais, bem como os três maiores portos do Brasil (Santos, Paranaguá e Rio Grande), além de darem acesso a outros países do Mercosul.

b) Logística

Os sistemas logísticos são formados pela integração entre as concessões rodoviárias do Grupo e situadas em áreas estratégicas do território brasileiro com plataformas logísticas, que visam integrar terminais logísticos intermodais, terminais portuários, terminais aeroportuários, centros de distribuição, recintos alfandegários e portos, bem como a prestação de serviços integrados de logística, sempre buscando um diferencial de valor agregado.

c) "Holding" e serviços

Referem-se a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

O segmento compreende a operação dos serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre. Responsável pela implementação do sistema de Identificação Automática de Veículos - AVI no Brasil.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma em 31 de dezembro de 2011:

• Concessões: 80,84%.
• Logística: 16,58%.
• "Holding" e serviços: 2,58%.

As práticas contábeis de cada segmento são as mesmas descritas na nota explicativa nº 2. O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relacionada aos segmentos para 31 de dezembro de 2011 e de 2010. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas informações intermediárias, bem como as políticas contábeis aplicadas:

Contas de resultado

	31/12/2011					31/12/2010				
	Lucro		Depreciação e amortização		Receita financeira		Despesa financeira		Contribuição social	
	Receita líquida	(prejuízo) líquido	Receita líquida	(prejuízo) líquido	Receita líquida	(prejuízo) líquido	Despesa líquida	(prejuízo) líquido	Receita líquida	(prejuízo) líquido
Concessões.....	1.477.278	5.909	(132.904)	54.245	(237.762)	(193.423)				
Logística.....	302.962	(15.876)	(30.641)	19.395	(47.949)	(12.643)				
"Holding" e serviços.....	47.131	397.533	(5.752)	33.689	(4.698)	(11.556)				
Consolidado.....	1.827.371	387.566	(169.297)	107.329	(290.409)	(217.622)				

	31/12/2011					31/12/2010				
	Lucro		Depreciação e amortização		Receita financeira		Despesa financeira		Contribuição social	
	Receita líquida	(prejuízo) líquido	Receita líquida	(prejuízo) líquido	Receita líquida	(prejuízo) líquido	Despesa líquida	(prejuízo) líquido	Receita líquida	(prejuízo) líquido
Concessões.....	1.361.104	(2.746)	(128.945)	22.552	(274.625)	(156.393)				
Logística.....	28.156	(4.637)	(7.020)	6.754	(11.969)	(1.088)				
"Holding" e serviços.....	38.348	601.422	(4.480)	61.245	(3.417)	(18.465)				
Consolidado.....	1.427.608	594.039	(140.445)	90.551	(290.011)	(175.946)				

Contas patrimoniais

	31/12/2011					31/12/2010				
	Ativo não circulante		Ativo total		Passivo circulante		Ativo não circulante		Passivo total	
	Ativo não circulante	Ativo total	Passivo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Ativo não circulante	Ativo total	Passivo circulante	Ativo não circulante	
Concessões.....	1.059.304	1.486.058	674.492	1.205.454	1.494.893	861.472				
Logística.....	537.116	671.296	90.441	474.945	788.406	168.970				
"Holding" e serviços.....	1.682.385	1.999.083	96.898	1.416.895	1.882.477	82.529				
Consolidado.....	3.278.805	4.156.437	861.831	3.097.294	4.165.776	1.112.971				

42. EVENTOS SUBSEQUENTES

(a) A controlada direta Elog S.A. celebrou, em 5 de novembro de 2011, Contrato de Compra e Venda de Cotas da Maringá Armazéns Gerais Ltda. e Maringá Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda. O valor total base da aquisição é de R\$ 15 milhões, fundamentando-se na premissa de que as sociedades-alvo estarão livres de dívidas, passivos ou contingências. O contrato está sujeito a condições suspensivas e outras avenças, entre essas a aprovação da Secretaria da Receita Federal do Brasil para alteração do controle acionário.

Em 31 de dezembro de 2011, a operação não foi concluída devido às condições suspensivas do contrato.

(b) A Companhia comunicou ao mercado, em 18 de janeiro de 2012, em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, que foi declarada vencedora da Concorrência Pública de Concessão de Rodovia, Edital nº 001/2011 - BR-101/2011/ES/BA, promovida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A tarifa de pedágio proposta foi de R\$ 0,03391, com deságio de 45,63% sobre a tarifa-letto estabelecida pela ANTT. A Comissão de Outorga procederà à análise dos envelopes contendo os documentos de qualificação e o plano de negócios e, posteriormente, aguarda-se o decurso dos prazos para homologação do resultado do leilão pela ANTT e convocação para a assinatura do contrato de concessão.

43. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e de suas controladas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2012.

Diretoria

Diretor Presidente:	MARCELINO RAFART DE SERAS
---------------------	---------------------------